

Respeito às religiões não cristãs foi bandeira da Conferência Estadual de DH

A falta de respeito ao culto das religiões de matriz africana e outras não cristãs foi um dos motes mais quentes das discussões na III Conferência Estadual de Direitos Humanos, realizada entre os dias 28 e 30 de agosto passado em João Pessoa. O tema mereceu a aprovação de uma moção de repúdio “à falta de ação do Estado em relação à discriminação sofrida pelas religiões de matriz africana e outras religiões não-cristãs”. De acordo com o relatório do evento, que conta com outras 27 moções, sendo 12 delas de repúdio, “a III Conferência defende a garantia do Estado laico e não discriminatório”.

A discussão ganhou fôlego depois do incidente em que alguns delegados representantes destas religiões, vestidos em trajes típicos, foram ignorados pelos policiais que estavam de guarda na entrada no Centro de Ensino da Polícia Militar, onde o evento aconteceu. O resultado foi que entre as 19 propostas que foram encaminhadas para a Conferência Nacional dentro do eixo de Universalização de Direitos em um Contexto de Desigualdades, as sete primeiras são relacionadas ao tema.

Foram sugeridas ações como a criação de um registro nacional de templos e terreiros de todas as concepções religiosas presentes no Brasil, permitindo que eles sejam beneficiados com políticas públicas específicas. Mas, além disso, o documento prevê que é preciso garantir também acesso à justiça em casos de violação da liberdade de credo religioso, o que pode se tornar uma forma de coibir a violência que os praticantes das

religiões não cristãs sofrem. Para isso, o documento prevê que será necessário capacitar e sensibilizar os gestores públicos e combater a discriminação na mídia. O objetivo é garantir o caráter laico do Estado.

Uma das estratégias apontadas pela Conferência é investir na escola como forma de desconstruir alguns preconceitos, preparando os professores para trabalharem as questões relativas às diversidades étnico-racial, religiosa e sexual. Além disso, o documento propõe que as datas celebrativas das religiões não cristãs sejam oficialmente reconhecidas no país.

Mas além das questões religiosas, outros temas receberam atenção na Conferência, como no eixo sobre Violência, que propôs a captação de recursos para projetos que criem balcões de direitos para reduzir as dificuldades de acesso à Justiça por parte da população mais carente e criação de casas de custódia para agentes do sistema de segurança e do Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social.

De acordo com o relatório, as rádios comunitárias devem ser regulamentadas ao invés de criminalizadas, como se observa atualmente, dentro do eixo Cultura e Educação, assim como a tabela dos medicamentos excepcionais deve ser revisada, como prevê o eixo



Religião - Escolas devem se preparar para a diversidade

Pacto Federativo, que também pretende fazer com que a Defensoria Pública da União e dos Estados seja equiparada em direitos e garantias aos membros do Ministério Público e do Poder Judiciário. Já o eixo Desenvolvimento prevê que as universidades criem projetos de extensão multidisciplinar de acompanhamento permanente de apoio aos movimentos sociais e o eixo Interação Democrática propõe a criação dos Conselhos de Transparência Pública nas três esferas de governo. O mesmo eixo também quer que o Estudo do Impacto Ambiental deixe de ser mera burocracia e leve em conta as reais necessidades das comunidades tradicionais.

Todas estas propostas serão apresentadas na Conferência Nacional de Direitos Humanos, que vai acontecer em dezembro, quando se comemora os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em Brasília, reunindo delegados de todo o Brasil.

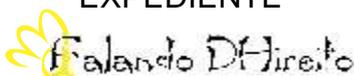
Editorial

No ano em que se comemora os 20 anos da Constituição, os moradores de cinco municípios paraibanos viveram uma situação estranha: foram impedidos de sair de casa depois das 22 horas do dia 4 de outubro, véspera das eleições municipais. As cidades de Monteiro, Camalaú, Zabelê, São João do Tigre e São Sebastião do Umbuzeiro viveram um toque de recolher decretado pela juíza eleitoral da região, Hygina Bezerra, e pelo promotor Eduardo Mayer, justificando que a medida pretendia evitar compras de voto e violência.

O assunto ganhou as páginas da Folha de São Paulo, mas pouco foi pautado pelos veículos locais, o que ajudou na manutenção de uma medida arbitrária. No Cariri, a população sentiu na pele o que se vê em favelas cariocas. Mas o que é crime lá, foi ordem da justiça por aqui.

A Fundação apóia a desarticulação de esquemas de compra de voto, que ferem o processo eletivo democrático. Mas, é ainda mais contrária à manipulação da vida dos cidadãos. E, sabendo que estas medidas não foram suficientes para acabar com a compra de votos neste pleito, espera que os magistrados pensem, antes de tomar este tipo de atitude, na lei que os guia: que se respeite a liberdade do cidadão.

EXPEDIENTE



Esta é uma publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves. Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro CEP: 58011-110, João Pessoa, PB. Tele-fax: 3221-3014
www.fundacaomargaridaalves.org.br
fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br
 Jornalista responsável:
 Aline Oliveira (DRT 1963/PB)
 Voluntária: Andréia Martins
 Fotos: arquivo da entidade
 Tiragem: 1.000 exemplares
 Apoio: Misereor
 Impressão: F&A Gráfica e Editora

Sexagenária: o muito que há por fazer pela Cidadania Universal!

Artigo de Candida Moreira Magalhães
 Técnica da Fundação Margarida Maria Alves

Depois de milênios de barbárie, imperialismos e genocídios, a matança do povo judeu (6 milhões), 45 milhões de vida sacrificadas e as bombas atômicas que arrasaram Hiroshima e Nagasaki, sob os escombros e horrores da Segunda Guerra mundial (1929/1945), em 1948, dez de dezembro, 176 países, atendendo aos apelos dos grupos de resistência do mundo, estabeleceram um Pacto para a Humanidade, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que impõe a todos a responsabilidade de observar e cumprir. Os direitos na Declaração não são os únicos porque a história dos seres humanos é a própria luta pela afirmação dos seus direitos – os já proclamados e aqueles que vão sendo tecidos na lida pela afirmação da dignidade de suas existências.

A Cultura dos Direitos Humanos é tecida em territórios de tensão/confrontos porque é necessário o diálogo entre os países, raças, etnias, gêneros, gerações, práticas religiosas e espirituais, modos de vida e visões de mundo, com vistas às novas formas de convivência que deslegitimem a violência, a injustiça, a desigualdade, o preconceito, a sujeição de pessoas, a exploração e a violação de direitos. A sociedade globalizada e neoliberal produz outras formas de barbárie e miséria quando reduz tudo ao mercado e mercadoria e concentra poder e riqueza na mão de poucos em detrimento do coletivo.

As mudanças climáticas desequilibram os ecossistemas e exigem novo modelo de desenvolvimento econômico e tecnológico para a existência sustentável dos seres vivos. Os Estados Unidos têm patrocinado a cultura do medo e a expansão do militarismo em nome do combate ao terrorismo, desrespeitando a soberania dos outros países. A distância entre 1948 e 2008 é medida por situações como estas: segundo a Funasa, 15 crianças de 0 a 4 anos morrem por dia no Brasil por falta de saneamento básico. Um bilhão não dispõe de água potável e

“A sociedade globalizada e neoliberal produz outras formas de barbárie e miséria.”

1,8 bilhão não têm acesso a sanitário e esgoto. Para cada 1 real gasto em saneamento, há economia de 4 reais em medicina curativa. Cinco mil famílias detêm 46% da riqueza nacional. O gasto com Defensoria Pública é de R\$ 3,91 per capita. Apenas 42,3% das comarcas do Brasil contam com Defensoria. A relação juiz e população é a mais baixa do mundo: 27 mil habitantes para um juiz.

“A justiça não é cega para todos. A corrupção é alimentada pelo sentimento de que o judiciário só é cruel com quem não tem recursos” (Maria Tereza Sadek Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais CEBEJEJ). O IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) afirma: 4,6 milhões de jovens entre 15 a 29 anos estão desempregados. São 14 milhões vivendo em famílias com, no máximo, dois salários mínimos. Se for negra, vivem com a metade de um salário. O abuso sexual de crianças e adolescentes, a violência contra a mulher são notícias diárias. A intolerância e discriminação fundadas nas religiões, convicções políticas, minorias, diversidade sexual, injustiças históricas com as populações indígenas com ocupação de seus territórios. Segregação dos pobres nas periferias desprovidas de infra-estrutura. O grupo Móvel de Fiscalização do Trabalho Escravo, em 149 fazendas do Brasil, resgatou 18 mil trabalhadores em situação de escravidão. No mundo, são 27 milhões de pessoas (ONU). A tortura é prática corrente por servidores do Estado que buscam, através do sofrimento corporal e psíquico, a confissão do delito. Formalmente iguais, mas o acesso à Justiça e aos direitos, desiguais.

Quer contribuir com a continuidade dos nossos projetos?

Para ajudar a manter nossos programas de defesa dos Direitos Humanos, adquira um dos nossos produtos, seja nosso voluntário ou faça doações na

Conta 122749-1, Agência 0435-9, Banco Bradesco.



Santa Rita se mobiliza para criar conselho do Idoso

O início da articulação para criar o Conselho Municipal do Idoso em Santa Rita foi um dos principais encaminhamentos do Encontro Municipal de Juristas Populares do município, realizado no dia 24 de agosto. A proposta surgiu dos próprios participantes do Encontro, que teve como um dos temas os Direitos de Cidadania da Pessoa Idosa. A partir do evento, foi criado um grupo para discutir uma proposta que será feita à prefeitura para que o órgão seja criado, com o objetivo de monitorar a implantação de políticas públicas específicas para este público.

O conselho é um dos instrumentos previstos pelo Estatuto do Idoso, que, depois de

sete anos tramitando no Congresso, foi aprovado e sancionado em setembro de 2003, ampliando os direitos dos cidadãos brasileiros com mais de 60 anos. Entre estes direitos estão desde o benefício de prestação continuada para quem não tem como se sustentar até o acesso ao desconto de 50% nos ingressos de atividades culturais e de lazer. Além disso, processos judiciais que envolvam idosos devem ter prioridade, assim como nos programas habitacionais. A partir do Estatuto, também ficou proibido efetuar reajustes em planos de saúde com base na idade.

Um dos principais problemas que o Estatuto pretende combater são as situações de

violência e negligência, que permearam muitos depoimentos registrados ao longo do Encontro dos Juristas, em Santa Rita. Boa parte das falas deu conta de alguma situação de violência física ou psicológica dentro de casa ou na vizinhança.

De acordo com uma pesquisa feita por estudantes do curso de Serviço Social na comunidade Rosa Mística, em Campina Grande, os usuários do Programa de Saúde da Família não associam a violência às condições de vulnerabilidade a que estão sujeitos. O trabalho intitulado "Violência contra o idoso na Paraíba: uma realidade mascarada" observou que apenas 6,6% dos entrevistados efetivaram alguma denúncia contra seus agressores, apesar de um em cada quatro entrevistados ter admitido já ter sido alguma vez vítima de violência. A violência que acontece dentro de casa, pouco é citada, sendo mais freqüente a menção à provocada principalmente pelo tráfico de drogas.

Uma das estratégias para combater este e outros problemas é exatamente a criação do conselho, que já existe em João Pessoa. Com o objetivo de promover uma interlocução junto a comunidade e aos poderes públicos na busca de soluções, o conselho deve também estimular a participação dos idosos na formulação da Política Municipal do Idoso, que deve prever, inclusive, atendimento especializado em situações de violência.



Participação - O acesso ao lazer e à participação política são garantidos pelo Estatuto



Arquivo Asteias

Jurista Popular é novo vereador de Bayeux

Mais um vôo alto de um Jurista Popular foi registrado nas últimas eleições municipais quando José João do Nascimento, mais popularmente conhecido como Nino, foi eleito vereador da cidade de Bayeux. Nino recebeu 1.041 votos neste pleito, um total 285 superior ao que ele alcançou nas eleições de 2004, quando também foi candidato pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

A história de Nino começou quando ele participava da Comunidade Eclesial de Base (CEB) na comunidade Casa Branca, em Bayeux e se envolveu com os movimentos de juventude, onde foi assumindo a liderança naturalmente. No meio disso tudo, em 2000, ele passou pelo Curso de Formação de Juristas Populares, promovido pela Fundação.

Juristas Populares querem remobilizar a gestão da Mata do Xem-xem, em Bayeux

Duas audiências públicas para mobilizar comunidade e autoridades para encontrar soluções que reduzam a velocidade da devastação da Mata do Xem Xem, em Bayeux, já estão nos planos dos Juristas Populares para 2009. A atividade só não vai ser realizada até o final deste ano por conta da desarticulação provocada pelas eleições municipais, mas os Juristas estão programando uma série de atividades até lá com o objetivo de produzir um grande diagnóstico sobre a situação da Mata. Entre elas estão reuniões com a Sudema, o Ibama e a Polícia Florestal e a mobilização de outros parceiros e da comunidade.

De acordo com Candida Moreira, técnica da Fundação Margarida Maria Alves que acompanha a Rede de Juristas Populares, algumas atividades já estão programadas e a primeira delas é uma caminhada guiada pela Mata. A visita dos Juristas vai servir para que eles conheçam melhor o local, registrem os danos observados e estejam mais seguros sobre a real situação da unidade de conservação. “É um momento de nos apropriarmos de todas as informações possíveis para que nossa ação seja bem embasada”, justifica. Além disso, o núcleo de Juristas de Bayeux já se articulou com o Conselho de Proteção Ambiental, que está fornecendo material informativo sobre o tema, o que está ajudando no processo formativo do núcleo.

Em paralelo, dois Juristas Populares, Francisco Vieira de Assis e Elinaldo Barbosa da Silva, que já compõem o Comitê Gestor da Mata do Xem Xem, estão remobilizando as entidades que fazem parte do grupo para que as soluções comecem a ser debatidas. “Este comitê existe desde que o Parque foi criado, mas pouco avançou e queremos agora retomar o trabalho”, explica Candida. Além disso, a comunidade também será mobilizada até lá para que comece a se sensibilizar para a necessidade de preservar a Mata. “É como um namoro: eles têm que se envolver com a mata para só depois



Depósito - Por falta de fiscalização, até mesmo a placa do Parque está no meio do lixo

defendê-la”, avalia.

A Mata do Xem Xem, cujo acesso é possível pelas rodovias BR-230, BR-101 e PB-042 foi decretada Unidade de Conservação Estadual em agosto de 2000, através do Decreto Estadual nº 21.252. Com uma área de mais de 181 hectares, a área é um resquício de mata atlântica, apresentando a mata de restinga, vegetação típica de solo arenoso, com predominância do que os biólogos chamam de espécies arbustivas.

A unidade de conservação tem sido utilizada pelo Centro de Treinamento do Exército, mas também se esperava que ela recebesse a comunidade e as escolas, mas o que se vê é muito abandono e bastante lixo acumulado por todos os cantos. Apesar de não haver conflitos pela posse da terra, já que é área do Estado, o abandono é visível.

As audiências públicas devem acontecer no mês de março, quando todo o levantamento de dados estiver pronto. Até lá, os Juristas também vão mobilizar a Câmara de Vereadores do município, onde um Jurista Popular, José João do Nascimento, conhecido como Nino, acabou de ser eleito vereador e deve tomar posse em janeiro.

Regularização Fundiária em Santa Rita

Em sua última edição, o Falando DHireito cometeu um erro na matéria sobre os moradores da comunidade Nova Trindade que estão recebendo o título de propriedade de suas casas depois de uma luta de 12 anos. Diferentemente do que foi mencionado no título da matéria, a comunidade fica no bairro de Marcos Moura, na cidade de Santa Rita, e não na cidade de Bayeux. Ao todo são 620 famílias beneficiadas com os lotes, que foram doados pela prefeitura de Santa Rita ao Governo do Estado como forma de pagamento de dívidas, um acordo feito para que o poder estadual tivesse espaço para oferecer solução ao Movimento dos Sem Teto. A prefeitura cedeu o terreno, o Estado bancou o material de construção e os moradores construíram em regime de mutirão.

Rosângela é absolvida pelo Tribunal de Justiça



Por Andréia Martins
Especial para o Falando DHireito

A mulher que conseguiu quebrar o ciclo de vinte anos de violência e enfrentou muitos episódios em nome da atual liberdade, finalmente foi absolvida pela justiça no processo por um crime que não cometeu. Rosângela Silva Santana considera todo o esforço válido. Seu marido subverteu os fatos, colocando-a como agressora, mas ela foi inocentada e ele, condenado.

Em 2003, após vinte anos em um casamento violento, Rosângela se separou de Julio Gaudino Santana Filho, cabo da Polícia Militar da Paraíba. Com dois anos e seis meses de afastamento, o casal tenta uma reconciliação. Depois de uma festa, Julio questiona Rosângela sobre possíveis namoros durante a separação. É quando a agressão recomeça: ela é algemada no banco de trás do carro e apanha; tem a roupa rasgada por um canivete e um revólver em sua boca. Num momento de distração do agressor, Rosângela pega a arma e foge, mas ele a alcança. Há luta e a arma dispara para o alto. O policial aciona seus amigos e a leva

para a 8ª Delegacia de Polícia de João Pessoa, onde a vítima é autuada por porte ilegal de arma e tentativa de homicídio. Depois de três dias no Presídio Feminino Bom Pastor, em João Pessoa, o habeas corpus foi concedido pelo Desembargador Antônio Carlos Coelho, do Tribunal de Justiça da Paraíba, a pedido da Advogada Josenice de Andrade.

Mãe de quatro filhos com o agressor, Rosângela quer seguir em frente. Ela trabalha na Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres de João Pessoa, onde tenta fazer sua parte para que outras mulheres não precisem passar pelo que ela passou - e se passarem, que denunciem seus agressores.

Para isso, ela não tem vergonha nem medo de contar sua

história. No Encontro Municipal de Juristas Populares de Santa Rita, promovido pela Fundação Margarida Maria Alves em agosto passado, Rosângela falou sobre sua vida e suas esperanças para esta nova fase. Seu depoimento encorajou algumas mulheres a também quebrar o silêncio.

“Foi uma fala bastante positiva, pois as mulheres tomaram consciência que não dá para ficar calada. Falaram de sofrimento físico e até de cárcere privado que viveram, todas motivadas pela coragem de Rosângela”, conta Cândida Moreira Magalhães, técnica da Fundação que ajudou a coordenar o Encontro, referindo-se a uma mulher mantida presa num quatinho, em casa.

O marido a alimentava, entre um abuso sexual e outro e, quando alguém perguntava por ela, ele dizia que estava viajando. “A única maneira que ela encontrou de escapar foi tocando fogo no quatinho; nem pensou que poderia se machucar também. Quando ele abriu a porta, ela fugiu e nunca mais voltou”, completa Cândida, lembrando que o caso de Rosângela, infelizmente, é apenas um numa imensidão de violações que acontecem todos os dias.

Lei Maria da Penha tem motivado mulheres a fazerem denúncias

O número de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, em 2008, dobrou em relação a 2007, de acordo com a Central de Atendimento à Mulher. Só no primeiro semestre deste ano foram computados 121.891 atendimentos, 107,9% a mais que no mesmo período do ano passado. Na Paraíba, são atendidas 39,2 mulheres a cada 50 mil - um universo de mais 1,4 mil mulheres que decidiram pedir socorro.

A maioria dels declara sofrer agressões diariamente. Esse aumento de denúncias se deve ao estabelecimento da Lei Maria da Penha - mulher que, assim como Rosângela, sofreu durante 20 anos

nas mãos do ex-marido - e prevê punições mais severas para os agressores que, de acordo com a própria Central de Atendimento à Mulher, em 63,9% dos casos é o próprio parceiro.

Mesmo assim, no caso de Rosângela, a vítima ainda não sente que o dano foi reparado. “Ele não sofreu dano algum. Como é policial, terá proteção da patente”, constata Rosângela, ao falar sobre o ex-marido, que cumpre regime semi-aberto e recuperou o porte de arma. “Fui punida durante dois anos sendo processada por um crime que não cometi; foi outra violência”, completa, reclamando do processo do qual foi ré.

Encontro Regional reúne em novembro experiências de capacitação jurídico popular de todo o nordeste

Celebrar o fato de que as comunidades estão se apropriando dos saberes jurídicos, que deixam de ser um privilégio da elite é uma das principais motivações para a realização do 2º Encontro Regional de Experiências em Formação Jurídico Popular. O evento, promovido pela Fundação Margarida Maria Alves, com o apoio de Misereor, acontece nos dias 22 e 23 de novembro em João Pessoa e pretende reunir cerca de 80 pessoas entre técnicos de entidades da sociedade civil que tenham projetos em formação jurídico popular e algumas pessoas do público atendido pelas formações.

De acordo com a advogada da Fundação Cândida Moreira, que está na coordenação de programação do evento, o encontro é relevante porque visa o fortalecimento e aprofundamento do diálogo entre as entidades envolvidas na Rede de Educação Jurídico Popular. "Em suas ações, elas têm como horizonte a efetivação dos Direitos Humanos e o estímulo à cidadania participativa, traduzida por desejos e práticas concretas de luta",

observa. Além disso, para Cândida as entidades têm como fio condutor uma linguagem simples e direta, compatível à compreensão das pessoas de todos os níveis, permitindo o acesso e conhecimento das leis, que regem a sociedade.

A programação pretende resgatar a discussão já iniciada no 1º Encontro Regional, realizado em 2005 pela Fundação, e aprofundada nos workshops realizados pelo Grupo de Apoio à Prevenção à Aids (Gapa), na Bahia, no ano passado. Entre os temas mais polêmicos está a questão da certificação e profissionalização do público que passa por estas formações. O tema será o norte do primeiro debate do evento, que vai discutir os prós e os contras desta institucionalização da formação jurídico popular.

Mas um dos principais objetivos do Encontro é fortalecer a construção da Rede de Formação

Jurídico Popular e para Cândida, o momento é relevante exatamente porque visa o fortalecimento e aprofundamento do diálogo entre as entidades envolvidas. "Neste diálogo, eles constroem outros conhecimentos, voltados para o respeito à diversidade, ampliação do espaço público e da ação coletiva", acredita. Ela destaca a importância de se aprofundar não apenas no conhecimento dos direitos e deveres, das garantias constitucionais, mas também de outras Leis como o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Maria da Penha.

O evento vai reunir participantes de pelo menos seis estados do nordeste, além de convidados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Brasília e Pará. A programação acontece no Hotel Xênus, no Cabo Branco.

Acontece

Novembro

Visita dos cursistas à Defensoria Pública
 8 e 9 - Módulo de Direito Penal
 29 e 30 - Módulo de Direito Urbano e Política Urbana
 22 e 23 - Encontro Regional de Experiências em Formação Jurídico Popular

Dezembro

6 - Avaliação do Curso de Formação de Juristas Populares 2008
 6 e 7 - Avaliação da Rede de Juristas Populares
 10 - Formatura do Curso de Formação de Juristas Populares
 10 - 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos



Rede de Juristas Populares perde Téo

No último dia 21 de outubro, a Rede de Juristas Populares perdeu uma de suas principais e mais ativas componentes: a Jurista Popular Teodora Araújo, conhecida popularmente por Téo, não resistiu à infecção provocada por uma vesiculite que há mais de um mês a

mantinha internada no Hospital Universitário, em João Pessoa. Téo foi da turma pioneira do Curso de Formação de Juristas Populares, que se formou em 2000, e fazia parte do núcleo de João Pessoa da Rede. Liderança reconhecida em sua comunidade, o Jardim Laranjeiras, há muitos

anos Téo mantinha uma articulação com a Fundação Margarida Maria Alves em busca de soluções para os problemas da região. Por tudo isso, a Fundação e a Rede lamentam profundamente a perda da companheira, que certamente fará muita falta na luta pela democratização do direito e do acesso ao solo urbano.

